OS IMPASSES ÉTICOS DA(O) PSICÓLOGA(O) NAS RELAÇÕES COM A EQUIPE TÉCNICA E COM AS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE(PPL) DO SISTEMA PRISIONAL

THE ETHICAL IMPASSES OF THE PSYCHOLOGIST (O) IN RELATIONS WITH THE
TECHNICAL TEAM AND WITH PRIVATE PERSONS OF FREEDOM (PPL) IN THE
PRISON SYSTEM

Beatriz Bacelar¹
Cristiano Lago²
Camila Guedes³
Denise Dourado⁴
Ingrid Correia⁵
Willene Câmara⁶

RESUMO

Este artigo, a partir de uma pesquisa bibliográfica, tem como objetivo refletir sobre os impasses éticos, dentro do sistema prisional, com base na atuação da psicóloga(o). Levando em consideração que a psicologia segue alguns princípios éticos balizados pelo respeito aos direitos humanos e pela não naturalização de qualquer tipo de violência, é fundamental entender como essa ciência atua em um contexto marcado por tantas mazelas. Além disso, medidas mais eficazes passam por enxergar tal sistema de uma forma mais holística. Nesse sentido, o presente artigo objetiva, também, compreender como os impasses éticos permeiam a atuação da psicóloga ao lidar com o corpo técnico e com as pessoas privadas de liberdade.

Palavras-chave: Sistema prisional, Psicologia, Impasses éticos

¹ Graduandos em psicologia 10 semestre do Centro Universitário UniFTC

² Graduandos em psicologia 10 semestre do Centro Universitário UniFTC

³ Graduandos em psicologia 10 semestre do Centro Universitário UniFTC

⁴ Graduandos em psicologia 10 semestre do Centro Universitário UniFTC

⁵ Graduandos em psicologia 10 semestre do Centro Universitário UniFTC

⁶ Graduandos em psicologia 10 semestre do Centro Universitário UniFTC

ABSTRACT

This article, based on bibliographic research, aims to reflect on ethical impasses, within the prison system, based on the performance of the psychologist (o). Taking into account that psychology follows some ethical principles based on respect for human rights and the non-naturalization of any type of violence, it is essential to understand how this science operates in a context marked by so many problems. In addition, more effective measures include seeing this system in a more holistic way. In this sense, this article also aims to understand how ethical impasses permeate the psychologist's performance when dealing with the technical staff and with people deprived of their liberty.

Keyword: Prison system, Psychology, Ethical impasses

1 – INTRODUÇÃO

O crescimento da população carcerária nacional (o Brasil é o 3º no ranking mundial) ratifica a relevância e a necessidade de um olhar mais atento e ampliado para que melhorias sejam construídas. Este trabalho visou refletir sobre os impasses éticos gerados pelo atual sistema prisional brasileiro e em como a(o) psicóloga(o) atua ou pode atuar nesse contexto, de modo a contribuir para sua melhoria, propondo-se a entender como os profissionais de psicologia se relacionam com o corpo técnico e as PPL (pessoas privadas de liberdade), dentro desse modelo repleto de imperfeições e mazelas. O referido tema é de suma relevância para que se possa discutir sobre as questões éticas e suas implicações dentro desse contexto desfavorável e repleto de imperfeições, que leva os profissionais inseridos em tal sistema a embates e dilemas, de natureza ética, devido a precariedade do sistema prisional brasileiro.

O objetivo geral desse artigo foi compreender os impasses éticos que permeiam a atuação da(o) psicóloga(o) ao lidar com o corpo técnico prisional e as PPL. Para tanto, foi necessário alcançar os objetivos específicos: refletir sobre o papel do psicólogo dentro do contexto prisional e sua relação com o corpo técnico; analisar como as relações de trabalho impactam na saúde mental dos profissionais do sistema prisional; e identificar quais os impasses éticos enfrentados pelo psicólogo, dentro do contexto prisional, na sua relação com as PPL.

Ao final do artigo foi analisado de que maneira os impasses éticos permeiam a atuação da(o) psicóloga(o), ao lidar com o corpo técnico e com as PPL, dentro do sistema prisional brasileiro; e trazidas algumas reflexões acerca das possibilidades de atuação da psicologia para a construção de um modelo mais humanizado e ético, do sistema carcerário.

2 – MATERIAL E MÉTODO

Para elaboração do artigo optou-se por se basear em pesquisa exploratória, de caráter bibliográfico e análise documental. Essa pesquisa versou sobre a questão ética

enfrentada pelos profissionais de psicologia nas suas relações com a equipe técnica e as pessoas privadas de liberdade (PPL), sob a ótica de um olhar ampliado sobre todo o contexto prisional e suas conseqüentes reverberações em todos os que estão inseridos nesse sistema.

As pesquisas bibliográficas foram realizadas a partir de obras literárias, artigos, sites e materiais produzidos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) que abordavam sobre ética e/ou sistema prisional. Dessa forma, foi elaborada uma análise documental para proporcionar uma maior reflexão acerca do tema. Ademais, para que esse conhecimento fosse replicado à sociedade acadêmica e à população em geral, foi criado uma conta na rede social Instagram, visando alcançar o maior número de pessoas, com o intuito de propagar o conteúdo do artigo. Nessa plataforma, foram disponibilizadas publicações referentes à análise documental realizada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 - REFLETIR SOBRE O PAPEL DO PSICÓLOGO DENTRO DO CONTEXTO PRISIONAL E SUA RELAÇÃO COM O CORPO TÉCNICO

O sistema prisional possui uma composição técnica que segundo Felipe de Melo (2016) autor do “Modelo de Gestão para a Política Prisional”, é constituído por profissionais que compõe a administração penitenciária, financeira, de gestão de pessoas, cargos relacionados à gestão interna, segurança prisional e carcerária, equipe de saúde e de educação.

Segundo Borges & Mourão, “a atuação do psicólogo do trabalho no sistema prisional, mesmo incipiente, aponta desafios e tensões importantes no campo da ética e de seu compromisso social”. (BORGES; MOURÃO, 2013, p. 670). Para dar suporte às relações da equipe técnica, a psicologia atua com o intuito de minimizar os impasses de ordem relacional, decorrentes do trabalho.

A(o) psicóloga(o) que labora no sistema prisional está inserido em um ambiente estressor, tendo que direcionar a sua atuação à promoção do quanto disposto no princípio fundamental II do Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP), a saber: “O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CFP, 2005, p.7).

Para que o profissional de psicologia atue neste contexto de forma ética, o Conselho Federal de Psicologia confeccionou uma cartilha denominada “Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro”, a qual descreve sobre o posicionamento ético da(o) psicóloga(o):

1. Quando houver imperativo ético de denúncia das violações de direitos humanos e situações de tortura, o psicólogo deve procurar seu conselho profissional e o conselho de defesa da pessoa humana (dentre outras entidades) para a formulação da denúncia, com respaldo nas legislações nacionais e internacionais, quando se esgotarem os recursos das instâncias internas.
2. Para sua organização, enquanto categoria, e proteção de suas atividades profissionais, o psicólogo deve buscar seu conselho profissional e solicitar diálogo entre os vários conselhos profissionais que atuam na prisão, primando pelo fortalecimento do posicionamento ético. (CFP, 2007, p.108)

Na cartilha citada há informações detalhadas sobre a ação da(o) psicóloga(o), direcionando-o para a criação de estratégias, dentro desse contexto.

Segundo Borges & Mourão (2013, p.670), “as prisões constituem-se historicamente como protótipo de marginalidade e exclusão”, afirma, ainda, que reintegração social é “[...] também readaptação, ressocialização, reeducação”. Diante do exposto, a psicologia, ao atuar nas prisões, entende que esses ambientes são locais de punição e ressocialização, sendo assim, as formas de punição estão voltadas, teoricamente, para uma finalidade, a reintegração social. No livro “*Vigiar e Punir*”, Foucault (1999) traz a necessidade da “reforma” do sujeito que cometeu o delito.

Diante do exposto, a psicologia atua no sistema prisional visando contribuir para a redução de danos causados pelo aprisionamento. O cárcere provoca efeitos na saúde, tanto dos detentos, quanto dos profissionais que lidam com esse sistema.

O atendimento psicológico, segundo Werle (2016) envolve os presos, a família destes e a equipe técnica que atua na instituição. O atendimento clínico pode ser individual ou em grupo, na tentativa de socializar os envolvidos. Para os profissionais que atuam no sistema prisional, a psicologia contribui de forma a dar orientações, realizar avaliações, fazer entrevistas em grupo, realizar treinamentos, propagar informações e sugerir encaminhamentos para serviços especializados, se for necessário.

Diante do exposto, é perceptível que a relação da(o) psicóloga(o) com os demais profissionais do sistema é extremamente complexa, haja vista que o ambiente em questão é repleto de pontos sensíveis. Todavia, para que essa atuação seja mais eficaz, é fundamental que os profissionais de psicologia, no uso de suas atribuições e da intersectorialidade, pratiquem atos balizados pelos princípios éticos e práticas comprometidas com os Direitos Humanos, atuando na redução dos danos causados pelo sistema carcerário em cada indivíduo.

3.2 - ANALISAR COMO AS RELAÇÕES DE TRABALHO IMPACTAM NA SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA PRISIONAL

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2016), de acordo com a Organização Mundial da Saúde, “a saúde mental é um estado de bem-estar no qual um indivíduo realiza suas próprias habilidades, pode lidar com as tensões normais da vida, pode trabalhar de forma produtiva e é capaz de fazer contribuições à sua comunidade”. Logo, é mais do que uma ausência de transtornos mentais, é parte integrante da saúde, sendo influenciada por uma série de fatores socioeconômicos, biológicos, psicológicos e ambientais.

Outro aspecto que corrobora com a percepção da importância do trabalho para a saúde física e mental está explicitado no artigo “Uso abusivo de álcool e outras drogas entre trabalhadores do sistema prisional”, quando este cita que o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) afirma que:

A exposição dos trabalhadores a riscos físicos, químicos, ergonômicos, psicossociais e/ou biológicos advindos da execução do trabalho pode contribuir para o desenvolvimento de doenças e agravos ocupacionais. Apesar de representar um operador fundamental na construção do sujeito, o trabalho -tanto no que se refere ao desenvolvimento das capacidades humanas quanto à garantia das condições materiais de sobrevivência -tem sido, ao longo dos tempos, provocador de sofrimento, adoecimento e morte (CONASS, 2011 *apud* DIMENSTEIN *et al*, 2017, p.63)

De acordo com Thompson (1993), citado por Souza e Rumin (2010), o trabalho dos Agentes de Segurança Penitenciária (ASP's) está permeado por processos contraditórios, uma vez que a natureza da penitenciária é duplamente difícil por conta do tipo de relação que é estabelecida entre esses profissionais e os detentos. Além disso, é importante salientar que a saúde do trabalhador, na maioria das vezes, é afetada pelo uso de substâncias psicoativas, que podem gerar transtornos mentais, e, por consequência, o afastamento deles das suas funções. Essas substâncias podem ser utilizadas como refúgio, para encarar a vivência no trabalho.

Diante do sistema prisional brasileiro, marcado por complexas dualidades, o agente de segurança penitenciária vive submetido a um regime bastante estressante e desafiador. Essa situação é evidenciada no referido artigo de Dimenstein et al (2017), o qual relata que, segundo Lourenço (2010), os agentes penitenciários estão associados a uma profissão indesejável.

Portanto, o trabalho passa a ser desgastante e humilhante (pois se sentem esquecidos pelo Estado e desvalorizados pela sociedade), interferindo no processo saúde-doença mental e afetando diretamente

o desempenho ativo dessa classe de trabalhadores. (DIMENSTEIN et al, 2017, p.66)

Percebe-se que esse estigma afeta a saúde mental do corpo técnico que compõe o sistema prisional. Além disso, a própria execução do trabalho, muitas vezes, insalubre e desumana, contribui para o seu sofrimento mental. O artigo “Uso abusivo de álcool e outras drogas entre trabalhadores do sistema prisional” (DIMENSTEIN et al, 2017) relata ainda, que a equipe técnica enfrenta situações adversas, como agressões verbais e físicas, automutilações, tentativas de suicídio, crises psiquiátricas, além do peso do imaginário entre o crime e a criminalidade, que envolve riscos para a própria vida dos sujeitos.

Nessa direção, o Plano Nacional de Saúde no Sistema prisional Penitenciário institui diretrizes para pensar em ações voltadas para a saúde dos APS's nesse contexto:

o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) (instituída pela Portaria Interministerial n. 1.777/ 09/09/2003), tendo como diretrizes: prestar assistência às necessidades de saúde e contribuir para o controle dos agravos à saúde da população penitenciária; implementar ações em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS); estabelecer parcerias a partir de ações intersetoriais; contribuir para a democratização do conhecimento do processo saúde/doença, da organização dos serviços e da produção social da saúde; provocar o reconhecimento da saúde como um direito da cidadania; e estimular o exercício do controle social. De acordo com o PNSSP, o público carcerário brasileiro deve ter acesso a serviços de prevenção, promoção e tratamento dos agravos à saúde, variando de acordo com o tamanho da unidade prisional. (Portaria PNSSP, 2003)

Acerca disso, apesar de ser regulamentada, as ações apontadas pela portaria, suas diretrizes e normas, na prática, muitas vezes, não se apresentam como realidades, na maior parte do Brasil. Diante disso, é necessário realizar mais ações para que essas diretrizes e ideias sejam postas em prática, no cuidado da saúde do trabalhador, na tentativa de reduzir seu sofrimento, pois eles se sentem esquecidos pelo Estado e são, em muitos momentos, desvalorizados pela sociedade.

Nesse sentido, a psicologia atua de forma a contribuir\auxiliar os profissionais que atuam nas penitenciárias colaborando, para que esses espaços prisionais possam ser ambientes de trabalho mais salubre e humano.

3.3 - IDENTIFICAR QUAIS OS IMPASSES ÉTICOS, ENFRENTADOS PELA(O) PSICÓLOGA(O), DENTRO DO CONTEXTO PRISIONAL, EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE (PPL)

O caminho percorrido pela psicologia, dentro do sistema prisional, tem sido extremamente árduo e complexo. O exercício da(o) psicóloga(o) deve ser balizado por princípios éticos, uma vez que atuar em um contexto que, via de regra, não leva em consideração a dignidade humana, acaba gerando diversos impasses éticos.

A política de encarceramento brasileira vem agravando o cenário do sistema prisional. A superlotação representa um claro desrespeito aos direitos humanos e isso evidencia uma dissonância entre a realidade e os princípios fundamentais que norteiam o trabalho da(o) psicóloga(o), tal como está descrito no seu código de ética profissional (2005), “o psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.”

O artigo de Cristina Rauter, “O trabalho do psicólogo em prisões” (2015), resultado da conferência sobre tal assunto, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), ressalta a defesa da atuação da(o) psicóloga(o) prisional dentro do paradigma ético-estético-político. Porém, ele chama a atenção para o fato de, ainda hoje, a função principal das(os) psicólogas(os), dentro do Sistema Prisional, ser a de elaboração de laudos e pareceres destinados à avaliação de periculosidade criminal do sujeito; apesar do CFP e CRPs mobilizarem esforços no sentido contrário. O artigo traz, também, as dificuldades da mudança de foco e de atuação das(os) psicólogas(os) nesse contexto, pois o número de profissionais é bastante inferior ao necessário, e, por essa razão, a demanda, por pareceres para a concessão de benefícios, os quais os detentos têm direito e que estão em atrasos, é enorme; não restando tempo para outras práticas. A(o) psicóloga(o) fica em um dilema ético, pois mesmo questionando e discordando dos laudos e de como eles são realizados por uma demanda, que exige um “exercício de futurologia”, denominada “prognose de reincidência”, exigida pelo sistema judiciário, que vai de encontro ao Código de Ética, no seu art. 20, alínea “e”, o qual afirma que o psicólogo não pode fazer uma previsão taxativa de resultados; a(o) profissional se vê impelida(o) e obrigada(o) a cumprir essa exigência pragmática, apesar de não enxergar nenhum sentido em sua atuação.

O referido artigo traz uma crítica epistemológica, ética e política a esses laudos, mais especificamente, ao Exame de Verificação de Cessação de Periculosidade (EVCP), chamando a atenção para a sua invalidação devido ao fato das condições carcerárias e da total privação de direitos, não favorecer uma relação de confiança entre o psicólogo e o examinando. O psicólogo pode não conhecer o interno e, ainda sim, ter

que produzir um laudo, em curto espaço de tempo, devido a uma exigência legal. Outro fato apontado é o preconceito e o estabelecimento de julgamentos estigmatizantes, presentes em muitos laudos, como explícito no trecho: “Os laudos tornam assim uma feição julgadora, moralizante, e acima de tudo, afastam-se dos preceitos científicos e da ética profissional do psicólogo” (RAUTER, 2015, p.3). Segundo essa ótica, a atuação do profissional de psicologia, dentro do sistema prisional vigente, é, nesse regime de alta produtividade e superlotação carcerária, antiética e anticientífica.

Além disso, o artigo do psicólogo Lucas Nascimento, cujo título é “Saúde Penitenciária, Promoção de Saúde e Redução de Danos do Encarceramento: Desafios para a Prática do Psicólogo no Sistema Prisional” (2018) corrobora a ideia de que saúde mental não é o foco desse sistema, na medida que apresenta o fato de que, em regra, os recursos financeiros não são direcionados para fomentar gestos e criações que beneficiem a saúde mental das pessoas. Pelo contrário, a preocupação mais constante é com a construção de mais presídios, o que apenas aprofunda a política de encarceramento.

Ademais, outro ponto, levantado por Cristina Rauter (2015), é o distanciamento do psicólogo do real cotidiano das PPL, já que, muitas vezes, o profissional tem uma sala, distante da realidade dos presos, onde estes é que veem ao seu encontro, quando encaminhados. É necessário que a(o) psicóloga(o) tenha outra postura, que ande pelo cárcere e testemunhe as suas reais condições. A autora coloca que é um dever ético da(o) psicóloga(o), da sociedade e das autoridades saber e acompanhar o que de fato acontece atrás das grades. Rauter (2015) traz outra reflexão importante sobre a atuação de psicólogas(os) e sua dimensão ética, dentro desse contexto prisional:

A própria categoria de ‘criminoso’ ou ‘delinquente’ deve ser questionada pelo psicólogo, pois esse etiquetamento é colocado a alguém a partir de um ato que cometeu. Ora, Spinoza nos ensina que um indivíduo é composto por múltiplos indivíduos. Nada nos autorizaria etiquetar para todo o sempre alguém como uma espécie de encarnação do mal, a partir de atos por ele praticados – nessa multiplicidade que nos compõe há sempre outros “indivíduos” que podem ser potencializados (SPINOZA, 2009 *apud* RAUTER, 2015, p.6 e 7).

Essa reflexão é de extrema importância para a análise dos impasses éticos, enfrentados pelos psicólogos, dentro do sistema prisional brasileiro, pois coloca as(os) profissionais de psicologia a pensar sobre a sua atuação, enquanto psicólogas(os), que ao invés de proporcionarem uma melhora na qualidade de vida e um incentivo às potencialidades dos sujeitos, muitas vezes, corroboram com o sistema, reforçam os estigmas que tanto aumentam o sofrimento e ajudam a perpetuar tal contexto. Sobre esse aspecto do olhar para as potencialidades do sujeito e em como intervir da melhor

forma possível, nesse contexto tão degradante, ao invés de focar nas suas fraquezas ou nas mazelas do sistema prisional, o artigo “A Potência do Cuidado: uma Experiência no Sistema Prisional de Pernambuco”, de Lima e Alvarenga Filho (2018), analisa cenas que foram baseadas em experiências vividas, por um dos autores, que é psicólogo, mas atua como apoiador institucional no sistema prisional de Pernambuco. Ele analisa as dinâmicas dos poderes que perpassam a instituição prisão, ratificando a importância do cumprimento do Princípio Fundamental VII, do código de ética profissional do psicólogo (2005), onde é expresso que “O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código”.

Lima e Alvarenga Filho (2018) afirmam que o sistema prisional brasileiro viola os direitos dos custodiados e dos profissionais que ali trabalham. O artigo demonstra que o cárcere produz inúmeros afetos, sentimentos, e que é necessário que o corpo aguente as forças destruidoras da vida, para que se consiga enxergar as potencialidades e brechas.

Entendemos que a formação em Psicologia pode tanto fabricar ‘escutas surdas’ (BAPTISTA, 2001), pouco sensíveis às lutas por direitos humanos, com profissionais que se dizem ‘neutros’, como nos oferecer ferramentas para nos afetarmos e experimentarmos intervir de maneira a, mesmo diante da morte, potencializar a vida (LIMA; ALVARENGA FILHO, 2018, p.123).

Percebe-se a relevância do olhar e escuta diferenciados que os profissionais de psicologia devem ter, dentro desse contexto, já que os impasses éticos estão presentes a todo tempo e em cada situação, pois o sistema prisional, nos moldes em que se apresenta, já é, por si só, antiético. Logo, a linha é muito tênue e cabe ao profissional analisar caso a caso, pois como dito acima, é preciso potencializar a vida, mesmo diante da morte.

O artigo fala, também, das angústias e incertezas do acerto das intervenções realizadas, mas ressalta que isso não deve diminuir a potência de criar estratégias de pensamento e ação. O texto chama a atenção do quão potentes podem ser as estratégias do cuidado, de redes, parcerias e companheirismos.

Entretanto, o psicólogo não deve compactuar com o falseamento dos conflitos e com a disseminação ilusória de que a prisão, nos moldes atuais, gera para a sociedade ou para o prisioneiro, algum benefício. Diante disso, o profissional de psicologia precisa ter um olhar mais aprofundado para esse sujeito e, também, para os efeitos subjetivos da desilusão dos presos de “boa conduta”, quando estes percebem que “não importa o que faça, o quanto se esforce, não deixará de ser visto como um criminoso” (RAUTER,

2015, p.11). O cárcere gera efeitos de despotencialização subjetiva, em todos, trabalhadores, agentes penitenciários e psicólogos. Estes, sentem os efeitos tanto emocionais, quanto profissionais, ao verem diminuídas as possibilidades de intervenção.

Diante das dificuldades mencionadas e dos consequentes dilemas éticos identificados, resta apenas a certeza de que tudo é incerto, que é necessário ter um olhar ampliado e voltado para todo o contexto no qual aquele sujeito está inserido, mas sem esquecer que as dificuldades irão surgir, os dilemas aparecerão, mas que, mesmo diante desse contexto adverso, é necessário seguir uma ética profissional, que se balize pelos princípios fundamentais descritos no referido código.

Por outro lado, apesar das mazelas do sistema supracitado e de todos os impasses éticos que atravessam a atuação da(o) psicóloga(o) nesse contexto, muitos profissionais seguem fazendo a diferença, positivamente falando. O livro “A atuação do psicólogo no sistema prisional” (2010) da psicóloga Cynthia Ciarallo, a partir da exposição de diversos relatos e experiências vivenciadas por outros psicólogos, mesmo evidenciando o quão violento e desrespeitoso são os ambientes carcerários, apontam para trabalhos gratificantes desenvolvidos por profissionais de psicologia.

4 CONCLUSÃO

O sistema prisional brasileiro não é um ambiente que, em regra, fomenta a intensificação de práticas que priorizem a saúde mental das pessoas. Da mesma forma, a política de encarceramento, adotada pelo país, colocou o Brasil como detentor da terceira maior população carcerária do mundo. Tudo isso, dentro de uma sociedade que estigmatiza as pessoas que, em algum momento, cumpriram algum tipo de pena restritiva de liberdade, o que torna o processo de reinserção dessas pessoas algo bem difícil.

Além disso, diversos profissionais, que atuam nesse sistema, acabam sendo afetados por esses espaços, na medida em que não há como passar incólume por um ambiente extremamente repleto de mazelas e não ser impactado de alguma forma por ele.

Diante dessas questões apresentadas, estar inserido dentro desse universo, enquanto psicólogo, é um exercício extremamente complexo. Quando pensamos que respeitar a dignidade humana é uma condição “sine qua non” para a prática da psicologia, enfrentar impasses éticos torna-se uma consequência deveras comum, nesse contexto. Por essa razão a operacionalização de tal ciência, no ambiente carcerário, não é uma tarefa fácil.

Todavia, é fundamental apontar que muitos psicólogos e psicólogas têm feito a diferença. Em diversas ocasiões, esses profissionais demonstraram que é possível lutar

contra a naturalização da violência, contra a criação de estereótipos e contra diversas outras formas de perversidade que acompanham o sistema prisional, mesmo não tendo o apoio e a estrutura adequados para tal missão. Nesse sentido, tomando como base o fato de que os dilemas éticos são diversos nesses espaços e que, apesar das circunstâncias, ótimos trabalhos são desenvolvidos, é indispensável reconhecer o quão importante é a psicologia dentro do sistema prisional. Ademais, é preciso, também, continuar fortalecendo o fato de que a única forma de desenvolver um trabalho mais significativo, dentro desse contexto, é a partir de uma abordagem mais holísticas em que, tanto as pessoas privadas de liberdade, quanto os profissionais que lidam com elas, possam ser alvo das ações conduzidas pela psicologia.

REFERÊNCIAS

- BORGES; MOURÃO. **O Trabalho e as Organizações**. Atuações a partir da Psicologia: 5. ed. São Paulo: Editora Artmed, 2013. p. 670.
- CFP. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2020
- CFP. **Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro**. 2007. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/depen_cartilha.pdf . Acessado em: 11 de maio de 2020.
- DIMENSTEIN, Magda; LIMA, Ana Izabel Oliveira; FIGUEIRÓ, Rafael de Albuquerque; LEITE, Jáder Ferreira. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho: uso abusivo de álcool e outras drogas entre trabalhadores do sistema prisional**. Brasília: Rev., 2017. 17 v. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572017000100008. Acessado em: 13 de maio de 2020.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. 27ª Edição. Petrópolis, RJ. Editora: Vozes. 1999.
- MELO, Felipe de. **Modelo de Gestão para a Política Prisional**. Disponível em: https://www.justica.gov.br/modelo-de-gestao_documento-final.pdf. Acessado em: 30 de maio de 2020.
- MINISTÉRIO da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP)**. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/pnaisp/politica-nacional-de-atencao-integral-a-saude-das-pessoas-privadas-de-liberdade-no-sistema-prisional> . Acessado em: 06 de maio de 2020
- ONU. **Saúde mental depende de bem-estar físico e social**. 10/10/2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/saude-mental-depende-de-bem-estar-fisico-e-social-diz-oms-em-dia-mundial/> Acesso em: 28 maio 2020.

SOUZA, Josiane Calixto; RUMIN, Cassiano Ricardo. **O serviço de atenção à saúde mental aos trabalhadores do sistema prisional.** TransForm. Psicol. (Online), São Paulo, v. 3, n.1, 2010 Disponível em:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-106X2010000100004&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: 17 de Maio de 2020.

WERLE, Grazieli C.; **Atuação do psicólogo no sistema prisional brasileiro.**2016. Disponível em: <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-juridica/atuacao-do-psicologo-no-sistema-prisional-brasileiro>. Acessado em: 21 de maio de 2020.